



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : SANDRO ANDRADE FERREIRA EIRELI
CNPJ/CPF : 11.357.457/0005-06
Empreendimento : Sandro Andrade Ferreira Me / Faz. Capim Açú
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda CAPIM AÇU número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 39553-000
Ninheira - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Ninheira (LAT) -15.2719, (LONG) -41.7286
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 2
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 3853/2021

Motivo da decisão:

Conforme exposto no Parecer Técnico - PT 27/SEMAD/SUPRAM NM-DRRA/2022, com fundamento nas informações presentes no Relatório Ambiental Simplificado – RAS, em conclusão, sugere-se o INDEFERIMENTO da Licença Ambiental Simplificada – LAS do empreendimento “Sandro Andrade Ferreira ME / Faz. Capim Açú”, nos termos da solicitação nº 2021.01.01.003.0003629 do Processo Administrativo – SLA nº 3853/2021. Haja vista que o empreendedor não apresentou no ato da formalização o Documento de Autorização para Intervenção Ambiental válido, conforme exigido no Decreto Estadual 47.383/2018 em seu Art. 17º, §§ 1º e 3º.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Montes Claros, 10/03/2022.

Documento assinado eletronicamente por MONICA VELOSO DE OLIVEIRA, Superintendente, em 10/03/2022 16:32 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.